

A DIPLOMACIA (MILITAR) NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DIPLOMACY (MILITARY) IN INTERNATIONAL RELATIONS

Rodrigo de Almeida Paim¹

Resumo: Nos dias atuais cresce de importância a consolidação das relações internacionais entre os Estados. O presente trabalho visa destacar a relevância da diplomacia militar no âmbito destas relações e se propõe a responder a seguinte questão problema: como o Exército Brasileiro contribui para fortalecer a relação entre os países amazônicos? Partindo do pensamento dos teóricos das relações internacionais, além dos documentos de Defesa do Estado Brasileiro, Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END) e Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), e da Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI), o artigo busca enfatizar a diplomacia militar como um dos instrumentos capazes de atender as demandas do Brasil no campo das relações internacionais.

Palavras-chave: Diplomacia militar. Exército Brasileiro. Amazônia.

Abstract: The consolidation of international relations among states is growing in importance today. This paper aims to highlight the relevance of military diplomacy in the context of these relations and proposes to answer the following problem question: how does the Brazilian Army contribute to strengthen the relationship between the Amazonian countries? Based on the thinking of international relations theorists, in addition to the documents of Brazilian State Defense, National Defense Policy, National Defense Strategy and National Defense White Paper, and the Guideline for Brazilian Army in the International Area, the article seeks to emphasize military diplomacy as one of the instruments capable of meeting the demands of Brazil in the field of international relations.

Keywords: Military diplomacy. Brazilian Army. Amazon.

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Militares (PPGCM) do Instituto Meira Mattos (IMM) da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

1. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO PÓS-GUERRA FRIA

O pós-guerra fria caracteriza-se pela ordem multipolar, com a coexistência de potências tradicionais e emergentes, e traz consigo novas oportunidades e desafios às nações no plano da defesa.

O diálogo, a cooperação, a ênfase no multilateralismo e o respeito ao direito internacional são atributos importantes e desejáveis para a sustentação desse sistema em base multipolar.

multipolaridade: representa a estrutura de poder que provavelmente caracterizará o ambiente estratégico nas próximas décadas. A estrutura multipolar expressa a coexistência de diversos polos de poder interagindo no sistema internacional, cada qual influenciando a ação do outro (BRASIL, 2016a, p. 29).

Nesse contexto, o Brasil prevê em sua política de defesa componentes essenciais para sua inserção no plano internacional.

O Brasil privilegia a paz e defende o diálogo e as negociações para a solução das controvérsias entre os Estados. Os eventos que marcam a história do País atestam tal postura e fundamentam o seu posicionamento nas relações externas (BRASIL, 2016b, p. 4).

As ações internacionais do Ministério da Defesa se dão por meio das atuações em missões de paz, como no Haiti; de iniciativas em parceria com outros órgãos federais, em particular com o Ministério das Relações Exteriores (MRE); das cooperações internacionais; da participação em fóruns internacionais multilaterais; e de parcerias e acordos bilaterais.

A participação articulada de militares e diplomatas em fóruns multilaterais, como no Conselho de Defesa Sul-Americano no âmbito da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)², incrementa a possibilidade das políticas externa e de defesa do país se anteciparem às transformações do sistema internacional.

² Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniao-de-nacoes-sul-almericanas>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

Com relação as ações do MRE e do Ministério da Defesa, Celso Amorim³, segundo Lima (2017, p. III), traz a seguinte reflexão:

Como ministro das Relações Exteriores não me faltaram oportunidades de observar como a Diplomacia e a Defesa devem interagir. Em conferências e discursos que proferi como ministro da Defesa, vali-me com frequência do conceito de Grande Estratégia, com o qual procurava conjugar os objetivos da política externa com os da política de defesa (CELSO AMORIM, 2017).

No texto acima, observa-se que existe oportunidade de aproximação entre os ramos do executivo federal, na medida em que um pode complementar e cooperar com o outro, visando aprimorar as relações internacionais do Brasil.

Ainda, em um mundo cada vez mais multipolar, "a integração regional é prioridade para a diplomacia brasileira"⁴, por se tratar de objetivo determinado pela Constituição Federal à política externa. Em seu artigo 4º, parágrafo único, estabelece que "a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações" (BRASIL, 1988).

Sendo assim, "em termos geopolíticos, o Brasil dá prioridade a seu entorno imediato, definido como entorno estratégico, constituído pela América do Sul, o Atlântico Sul, costa ocidental da África e a Antártica", segundo o LBDN (BRASIL, 2016a, p. 14), figura 1.

Segundo o LBDN (BRASIL, 2016a, p. 175), "Os seguintes países integram a UNASUL: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela".

³ Celso Amorim, diplomata, chefiou o Ministério das Relações Exteriores (1993 - 1995 e 2003 - 2011) e o Ministério da Defesa (2011 - 2015).

⁴ Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

Figura 1 – Entorno estratégico



Fonte: LIMA, 2017, p. 52.

Celso Amorim afirma, conforme Lima:

Foi pensando sobretudo na América do Sul que busquei juntar os conceitos de cooperação e dissuasão (ambos fundamentais na política de defesa), sublinhando que em nossa região imediata, a cooperação é a melhor dissuasão (CELSE AMORIM *apud* LIMA, 2017, p. III).

Ainda, a PND (BRASIL, 2016b, p. 8) destaca que, “em decorrência da globalização, os Estados têm-se desenvolvido e se tornado mais interdependentes, e associações político-econômicas de países se formam ou se fortalecem em busca de maior influência internacional”.

a crescente interdependência econômica mundial deverá favorecer soluções negociadas de controvérsias, de sorte que países serão instados a empregar, cada vez mais, os

instrumentos diplomático e econômico, articulados no âmbito de organismos multilaterais, por intermédio dos quais serão levadas a termo negociações e sanções (BRASIL, 2016b, p. 9).

Desta forma, diante de um mundo pós-guerra fria complexo, o trabalho em tela visa destacar a relevância da diplomacia militar no âmbito das relações internacionais e se propõe a responder a seguinte questão problema: como o Exército Brasileiro contribui para fortalecer a relação entre os países amazônicos?

2. DIRETRIZ PARA AS ATIVIDADES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA ÁREA INTERNACIONAL

Em 2016, o Exército Brasileiro definiu sua diretriz de atuação na área internacional, por meio da DAEBAI, a qual está baseada em preceitos constitucionais, em particular, no artigo 4º da Constituição Federal, que elenca 10 princípios.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político. (BRASIL, 1988).

Desses, cabe destacar a importância da cooperação entre os povos, e, por conseguinte entre os Estados e suas instituições, as quais representam os governos no ambiente global, garantem a soberania entre as nações e são valorizadas pela PND.

No campo diplomático, o Brasil, por sua tradição, valoriza e promove a convivência harmônica entre os países e defende um mundo cuja governança se baseie em valores, instituições e normas internacionais (BRASIL, 2016b, p. 7).

Além dos incisos acima, a DAEBAI, fundamenta-se em outros 4 aspectos:

a) Unidade de Ação

As ações desenvolvidas pelo EB na área internacional estarão em consonância com a Política Externa Brasileira (PEB) e com as diretrizes emanadas pelo MD, evidenciando a aplicação do princípio de Unidade de Ação Exterior do Estado.

b) Respeito aos acordos

As ações desenvolvidas pelo EB no âmbito bilateral ou multilateral se alinharão com os acordos e compromissos internacionais, ratificados pela Presidência da República e promulgados internamente.

c) Integração e coordenação de esforços

As atividades na área internacional desenvolvidas pelo EB são coordenadas pelo Estado-Maior do Exército (EME), em atendimento ao constante na presente Diretriz e coerentes com os objetivos e prioridades fixados pelo Comandante do Exército.

d) Eficácia e aplicação judiciosa dos meios

A fim de aperfeiçoar a utilização de recursos, a destinação dos meios é orientada para as atividades mais necessárias em função dos objetivos e das áreas geográficas de maior interesse, privilegiando a qualidade em detrimento da quantidade. (BRASIL, 2016c, p. 14).

Da mesma forma, ressalta-se a importância dada pelo Exército ao respeito aos acordos, os quais são criteriosamente observados nas relações internacionais.

A DAEBAI apresenta o conceito de diplomacia militar como instrumento que “visa promover intercâmbios e cooperações, construindo relações de confiança mútua, com a finalidade de colaborar com a capacitação do pessoal, a segurança, o desenvolvimento, a estabilidade regional e a paz mundial” (BRASIL, 2016c, p. 15).

Para o Exército, a diplomacia militar possui os seguintes propósitos:

- a) contribuir para manter a ordem global estável, mediante a participação em ajuda humanitária e operações de paz sob a égide dos organismos internacionais e regionais;
- b) apoiar e contribuir com os esforços dos exércitos dos países amigos para consolidarem suas estruturas;
- c) facilitar a consecução de um marco jurídico que regule o desenvolvimento, no âmbito da Defesa, das relações bilaterais e multilaterais;
- d) ampliar as oportunidades de fortalecimento da indústria nacional de produtos de defesa, para reduzir a dependência tecnológica e superar as restrições unilaterais de acesso a tecnologias sensíveis; e
- e) contribuir para a capacitação profissional dos integrantes da Força Terrestre. (BRASIL, 2016c, p. 15).

Sendo assim, no exercício da diplomacia militar o Exército tem firmado “entendimentos, termos aditivos, arranjos técnicos, programas de intercâmbio, convênios, instrumentos de parceria ou carta de intenções entre o EB e exércitos de nações amigas” (BRASIL, 2016c, p. 15).

Tais recursos utilizados pelo Exército são efetivados através da realização de “cursos, estágios, seminários e visitas, tanto de militares brasileiros no exterior quanto de autoridades e militares estrangeiros no Brasil, a fim de tratar de assuntos de interesse do EB” (BRASIL, 2016c, p. 16), dentre outros.

O termo diplomacia, segundo Bobbio (1998, p. 348), foi utilizado pela primeira vez “por Edmund Burke, em 1796”, e é conceituada como “a condução das relações internacionais através de negociações”.

E, de acordo com Aron (2002, p. 73), diplomacia é definida como a “arte de convencer sem usar a força”, ao abordar que:

Cada Estado se relaciona com os outros; enquanto os Estados permanecem em paz, precisam viver em conjunto. Em vez de recorrer à violência, procuram, então, convencer-se mutuamente. Quando entram em guerra, buscam impor-se uns aos outros (ARON, 2002, p. 73).

Nesse contexto, observa-se no *site* do MRE⁵, as seguintes palavras ligadas a referida temática: diplomacia pública⁶ e diplomacia econômica, comercial e financeira⁷.

O termo diplomacia militar não é encontrado nos *sites* do MRE e do Ministério da Defesa. No entanto, este último apresenta o *link* para o campo das Relações Internacionais⁸, no qual destaca que “as políticas externa e de defesa são complementares e indissociáveis⁹”.

A manutenção da estabilidade regional e a construção de um ambiente internacional mais cooperativo, de grande interesse para o Brasil, serão favorecidos pela ação conjunta dos Ministérios da Defesa (MD) e das Relações Exteriores (MRE) (BRASIL, 2016a, p. 24).

Na concepção política de defesa da PND (BRASIL, 2016b, p.11), o Desenvolvimento, a Diplomacia e a Defesa, chamados “3Ds”, são destacados como pilares, e devem ser explorados, visando garantir a Segurança e a Defesa nacional.

⁵ Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

⁶ Tradicionalmente, o conceito de “diplomacia pública” esteve associado à promoção da imagem de um país no exterior. No Brasil, a “diplomacia pública” é entendida não só nessa acepção tradicional, mas também no sentido de maior abertura do Ministério das Relações Exteriores e da política externa brasileira à sociedade civil, em um esforço de democratização e transparência das políticas públicas nacionais. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/diplomacia-publica>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

⁷ Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/diplomacia-economica-e-comercial>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

⁸ Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

⁹ Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/index.php/relacoes-internacionais/politica-externa-e-defesa>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

Da mesma forma, a END (BRASIL, 2016b, p. 24) destaque que as ações diplomáticas possuem o mesmo objetivo das adotadas pela Defesa Nacional, ainda que sejam diferentes quanto à sua natureza.

Tal assertiva é reforçada pelo pensamento de Aron, ao relacionar os termos diplomacia e estratégia:

A distinção entre diplomacia e estratégia é relativa. Os dois termos denotam aspectos complementares da arte única da política - a arte de dirigir o intercâmbio com os outros Estados em benefício do "interesse nacional". Se a estratégia - que, por definição, orienta as operações militares não tem uma função fora do teatro militar, os meios militares, por sua vez, são um dos instrumentos de que a diplomacia se utiliza (ARON, 2002, p. 73).

Assim como Aron enfatiza que tanto a diplomacia, quanto os militares estão comprometidos com o interesse nacional, Morgenthau expressa que:

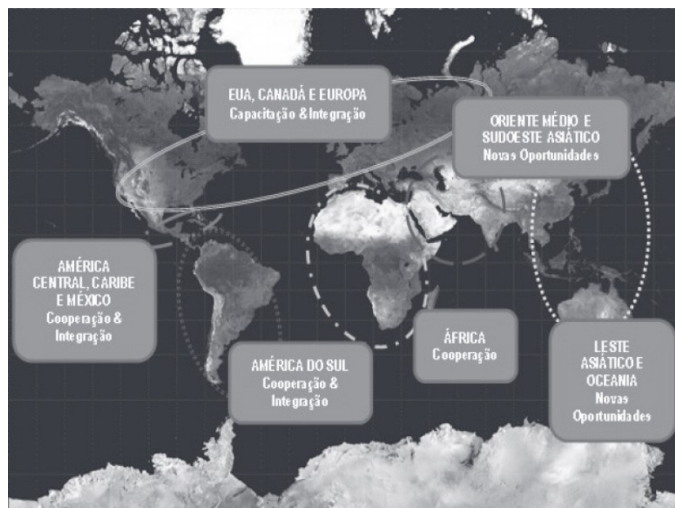
As forças armadas são instrumentos de guerra; a política externa é um instrumento de paz. É bem verdade que são idênticos os objetivos supremos da conduta da guerra e do exercício da política externa: uns e outros servem ao interesse nacional (MORGENTHAU, 2003, p. 1016).

A DAEBAI, fruto do acompanhamento das conjunturas nacional e internacional, apresenta que:

A diplomacia militar deve favorecer o conjunto de ações voltadas para a prevenção e neutralização de agressões que tornariam imperativo o uso da força militar pelo Brasil em condições que potencialmente escalariam a situação para uma crise mais grave. Assim, poderá incluir programas de cooperação específicos para um determinado país, definindo estratégias diferenciadas para a atuação de adidos militares e para o oferecimento de oportunidades de intercâmbio subsidiadas pelo Brasil (BRASIL, 2016c, p. 18).

Ainda, o Exército Brasileiro tem definido as áreas e focos de atuação para a condução das atividades internacionais, as quais compreenderão as áreas geográficas prioritárias, conforme a figura 2.

Figura 2 – Foco atual do esforço



Fonte: DAEBAI (BRASIL, 2016c, p. 15).

Desta, cabe destacar a América do Sul, prioritária nas relações internacionais, na qual o esforço do Exército, por meio de sua diplomacia militar, é de cooperação e integração.

Nessa região, o Exército Brasileiro tem implementado ações de cooperação para desenvolver um ambiente de confiança mútua que contribua positivamente com a solução das questões de segurança, em particular, na faixa de fronteira (BRASIL, 2016c, p. 20).

E para essa região, o Exército Brasileiro estabeleceu as seguintes prioridades com seus respectivos objetivos (BRASIL, 2016c, p. 22): prioridade 1 – desenvolvimento de ações de integração; prioridade 2 – desenvolvimento de ações de cooperação e funcionamento de um efetivo sistema de Doutrina Militar Terrestre; e por último, em prioridade

3 – funcionamento de um efetivo sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação e promoção do desenvolvimento de competências.

Sendo assim, o Exército Brasileiro, alinhado com o Ministério da Defesa, por meio de sua diplomacia militar, realiza atividades buscando atender aos objetivos da DAEBAI, os quais estão alinhados com os Objetivos Nacionais de Defesa, constantes da PND (BRASIL, 2016b, p. 12 e 13).

3. A DIPLOMACIA MILITAR NA PAN-AMAZÔNIA

No âmbito da Pan-Amazônia cresce de importância a diplomacia militar, a fim de que os objetivos acima sejam atingidos.

O Estado Brasileiro em seus documentos de Defesa, PND, END e LBDN, aborda a temática Amazônia com prioridade, como por exemplo a Ação Estratégica de Defesa (AED) da END (BRASIL, 2016b, p. 38): "AED-39 Intensificar a contribuição do Setor de Defesa para a integração da região Amazônica".

A Pan-Amazônia, maior floresta tropical e bacia hidrográfica do mundo, segundo Penna Filho (2013, p. 94), conta com 7,8 milhões de quilômetros quadrados¹⁰ distribuídos entre 9 países, Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e Guiana Francesa, sendo este último, departamento ultramarino da França.

No Brasil, a região amazônica representa cerca de 58,8%, conforme dados da *RedAmazónica de Información Socioambiental Georreferenciada* (RAISG), tabela 1.

Tabela 1 - Extensão total da região amazônica brasileira.

País	Superfície total (km ²)	Superfície amazônica (km ²)	%Amazônia
Brasil	8.514.876	5.006.316	58,8

Fonte: RAISG (2009), *apud* PENNA FILHO (2013, p. 94), extrato.

Além disso, a Pan-Amazônia possui enormes riquezas não exploradas ou pouco exploradas, além de cerca de 25.000 km de vias navegáveis no Brasil, sem mensurar nos demais países da região.

¹⁰ A área total da Pan-Amazônia varia de acordo com a fonte. Neste trabalho, optamos pelos dados da *RedAmazónica de Información Socioambiental Georreferenciada* (RAISG).

A floresta detém o maior número de espécies vivas do planeta, a maior reserva de água doce, madeiras nobres, vastas jazidas minerais, muitas sequeiras mapeadas, e grande potencial para geração de energia hidrelétrica, dentre outros recursos. [...], todo o potencial genético contido em seu ecossistema e a imensurável riqueza traduzida na diversidade de sua população, [...]. (PENNA FILHO, 2013, p. 96).

Tais características naturais, caracterizam o potencial da Pan-Amazônia, e segundo Morgenthau, representam elementos de poder de suas respectivas nações, sendo os mesmos, alvos de cobiça pelas nações desenvolvidas que carecem de recursos naturais para satisfazerem suas necessidades.

Outro fator relativamente estável que exerce uma influência importante sobre o poder de uma nação, confrontada com outras nações, é representado pelos recursos naturais (MORGENTHAU, 2003, p. 220).

Ainda, a importância da defesa da região da Amazônia é evidente no texto da PND:

A enorme extensão territorial, a baixa densidade demográfica da Amazônia e as dificuldades de mobilidade, bem como seus recursos minerais, seu potencial hidroenergético e a valiosa biodiversidade que abriga, exigem a efetiva presença do Estado, com vistas ao desenvolvimento e à integração daquela região. (BRASIL, 2016b, p. 8).

Apesar das riquezas, a região possui inúmeros desafios, pois conforme Penna Filho (2013, p. 97), no campo extra regional, observa-se um comportamento de cobiça sobre a Amazônia que remonta ao século XIX e, que no final do século XX, torna-se mais efetivo e constante, ganhando força em torno de um discurso ambientalista, e, a partir de então, exercendo enorme pressão sobre o Brasil em particular.

Conforme o LBDN (BRASIL, 2016a, p. 16) “a cooperação do Brasil com os demais países que possuem território na Pan-Amazônia é essencial para a preservação dessas riquezas naturais”, o que pode ser viabilizado através da aplicação do complexo regional de segurança pelas nações da região.

Segundo Fuccille; Rezende (2013, p. 78), “os complexos regionais de segurança são uma teoria desenvolvida dentro da chamada Escola de Copenhague, e que busca entender as questões de segurança internacional a partir de um enfoque regionalista”.

Nesse contexto, conforme a PND, existem ameaças comuns na região fronteiriça, agravadas pelo vazio demográfico, presença do Estado deficitária, grande extensão, crimes ambientais, crimes transfronteirços, dentre outros.

As fronteiras demandam atenção, na medida em que por elas transitam pessoas, mercadorias e bens, integrando e aproximando o País de seus vizinhos, ao mesmo tempo em que através delas são perpetradas atividades criminosas transnacionais de forma que sua permeabilidade requer constante vigilância, atuação coordenada entre os órgãos de defesa e os de segurança pública e estreita cooperação com os países limítrofes. (BRASIL, 2016b, p.8).

Conforme Ramires (2010, p. 37), “vale aqui destacar, pronunciamentos de autoridades mundiais direcionados para a região amazônica com o propósito de internacionalizá-la”.

Em 1850, o Comandante Matthew Maury, Chefe do Observatório Naval de Washington (EUA), defendia a livre navegação internacional no Rio Amazonas, considerando que o rio deveria ser incorporado ao status do Direito Marítimo. Em 1902, em Berlim (Alemanha), o Chanceler alemão – Barão Oswald Richtöfen – propunha que “seria conveniente que o Brasil não privasse o mundo das riquezas naturais da Amazônia”. Em 1989, Al Gore, ex Vice-Presidente dos Estados Unidos da América (EUA) disse: “Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós. (RAMIRES, 2010, p. 37).

Além disso, Penna Filho (2013, p. 99) considera a ação de centenas de Organizações Não Governamentais que utilizam tanto a retórica ambiental, quanto a indigenista para promover interesses contrários aos nacionais dos países amazônicos agravam tal situação.

Cabe ressaltar que, visando a importância geoestratégica da região, os países Pan-Amazônicos, com exceção da Guiana Francesa, formularam o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) em 1978, que posteriormente tornou-se na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), 1998, como ferramenta de orientação do processo de cooperação regional, segundo explica Damasceno; Silva Júnior e França:

Coerente com as dimensões continentais, particulares condições geopolíticas e uma extraordinária diversidade cultural e biológica, a Amazônia é um território compartilhado que apresenta preocupações e desafios comuns aos países membros nos campos político, econômico e social. A integração entre seus membros, com condições naturais e heranças históricas similares, significa a criação de um instrumento de barganha para negociar com outros Estados, enfrentar as pressões internacionais e definir a forma de inserção dos países amazônicos na Ordem Mundial. (DAMASCENO; SILVA JÚNIOR; FRANÇA, 2011, p. 1).

Fuccille; Rezende (2013, p. 83), ressalta o “papel hegemônico estabilizador do Brasil” ao expressar que “após o período de anexação territorial do final do século XIX e início do XX”, o país

“tornou-se essencialmente uma potência *status quo*, preferindo uma ‘via diplomática’ e com um interesse fortemente vestido da estabilidade regional” (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 314 *apud* FUCCILLE; REZENDE, 2013, p. 83).

Sendo assim, diante dos discursos de internacionalização e de securitização, mais intensos no último quartil do século XX, o então presidente do Brasil José Sarney, na reunião dos presidentes dos países da região Amazônica, em Manaus, no dia 6 de maio de 1989, expressou:

Para nossos países, a Amazônia foi uma parte do suporte físico da nacionalidade. Custou sangue, custou luta, tenacidade, heroísmo de nossos antepassados. É uma característica singular de nossas geografias. A Amazônia constituiu objeto de fascinação universal. Seus mistérios, sua vastidão, suas dimensões míticas têm exaltado imaginações em todo o mundo. E, também, não podemos negar, cobiça. Desde o início da configuração política da América do Sul, a Amazônia foi alvo de ambição. A tese de sua internacionalização não é nova, nem vai desaparecer. Ela surge e ressurge e ganha contornos mais fortes ou mais fracos diante da nossa capacidade de reagir. Se vacilarmos, se não tivermos a determinação de manter a Amazônia conservada e soberana, ela será destruída como o foram todas as terras ocupadas pela ação e força dos Impérios. (JOSÉ SARNEY *apud* BRASIL, 2008, p. 82).

No mesmo viés, o Estado tem se utilizado da diplomacia militar, visando se opor ao discurso mundial de internacionalização da Pan-Amazônia e da retórica da securitização dos assuntos de segurança e de cuidados com a preservação do meio ambiente, garantindo assim a soberania nacional.

As unidades militares do Exército, conforme figura 3, localizadas na fronteira com os diversos países amazônicos, são importantes na medida em que, direta ou indiretamente, exercem a diplomacia militar junto aos exércitos das nações vizinhas, conforme a Estratégia de Defesa (ED-7) da END:

ED-7 Emprego de ações diplomáticas relacionadas à defesa. Refere-se às atividades mantidas entre o Setor de Defesa brasileiro e os congêneres estrangeiros, visando ao fortalecimento da confiança, ao estreitamento dos laços de amizade, ao conhecimento mútuo e ao desenvolvimento de um ambiente de camaradagem e cooperação (BRASIL, 2016b, p. 36).

Figura 3 – Organizações Militares na Amazônia



Fonte: FRANCHI, 2013, *apud*, LIMA, 2017, p. 63.

Assim, o Exército Brasileiro tem desenvolvido diversas atividades com os países amazônicos de acordo com a END:

ED-11 Promoção da integração regional. AED-45 Intensificar as parcerias estratégicas, a cooperação e o intercâmbio militar com as Forças Armadas dos países da União das Nações Sul-Americanas – UNASUL.

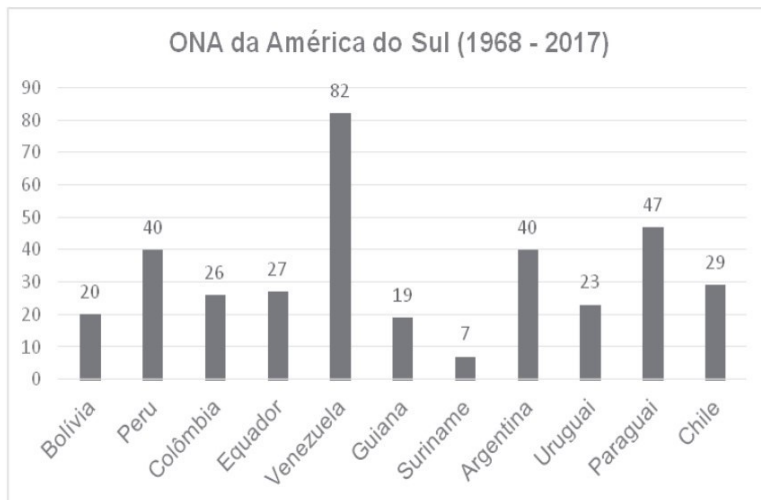
ED-12 Promoção da cooperação internacional. AED- 48 Intensificar a realização de intercâmbios e acordos na área de defesa com outros países. (BRASIL, 2016b, p. 39).

Ainda, segundo o LBDN (BRASIL, 2016a, p. 99), “o Exército vem orientando o esforço das relações internacionais no campo da Defesa nos níveis de capacitação, cooperação e integração, de acordo com os interesses do Brasil em cada área temática de defesa”.

Na tabela 2, observa-se o intercâmbio na esfera da educação entre os países amazônicos com destaque para os estrangeiros no Brasil, bem como os nacionais em outros países, os quais estreitam os laços de amizade, favorecendo as relações internacionais.

No gráfico 2, observa-se a distribuição dos 360 ONA da América do Sul, em particular, realizando o CCEM.

Gráfico 2 – ONA da América do Sul formados na ECEME



Fonte: Placas de Homenagem à ECEME pelos formandos do Curso de Comando e Estado-Maior do Exército (CCEM). Elaborado pelo autor.

Sendo assim, cabe ressaltar que a maioria dos ONA formados na ECEME são da América do Sul, dos quais 221 da Pan-Amazônia, com destaque para os 82 oficiais da Venezuela. Tais números confirmam a influência da diplomacia militar na região amazônica.

Da mesma maneira, a diplomacia militar é exercida no nível tático, através da realização de cursos no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), organização militar do Exército localizada em Manaus e responsável pela especialização de militares em operações na selva, conforme a tabela 3.

Tabela 3 – Alunos da Pan-Amazônia no CIGS

Participação de militares de países amazônicos em estágios no CIGS (1967-2010)

França	84
Equador	54
Guiana	37
Suriname	30
Venezuela	24
Peru	17
Colômbia	7
Bolívia	4
Total	257

Fonte: Almanaque do CIGS.

Fonte: ALCIOY; MORAES, 2011, p. 201.

A referida tabela destaca que o CIGS é referência no âmbito da região amazônica, na medida em que o mesmo formou 257 militares de nações amigas, caracterizando o emprego da diplomacia militar definida pela DAEBAI e favorecendo a cooperação regional.

Desta forma, a Pan-Amazônia, região de imensuráveis riquezas e cobiçada internacionalmente, tem sido preservada por meio da diplomacia militar, que cumpre papel relevante ao propiciar a cooperação no cenário regional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Exército Brasileiro contribui para fortalecer a relação entre os países amazônicos através do exercício da diplomacia militar, a qual promove intercâmbios e cooperações, propiciando relações de confiança mútua, capacitação de recursos humanos, segurança, desenvolvimento, estabilidade regional e paz mundial.

A DAEBAI baliza as ações e os planejamentos do Exército nos processos que buscam a eficácia das atividades direcionadas à área internacional. Desta forma, a instituição tem o interesse em ampliar sua projeção no cenário internacional, aumentando, quantitativa e ou qualitativamente, sua participação no ambiente global, além de otimizar seus meios disponíveis.

Os documentos de defesa propiciam a aproximação dos Ministério da Defesa e das Relações Exteriores, uma vez que, nestes, as ações diplomáticas são privilegiadas. Sendo assim, a ação conjunta destes favorece a manutenção da estabilidade regional e a construção de um ambiente internacional mais cooperativo.

A diplomacia militar na Pan-Amazônia tem sido instrumento eficaz nas relações internacionais, diante dos discursos de internacionalização da região, bem como da intenção de securitização da temática meio ambiente, pelas nações mais desenvolvidas, além de criar condições favoráveis para a integração regional.

Os exemplos trazidos a reflexão no presente artigo enfatizam a diplomacia militar como um dos instrumentos capazes de incrementar as demandas do Brasil no campo das relações internacionais. E, em particular, ressaltam o trabalho de integração e de cooperação que é fomentado pelo ensino bélico das escolas da região.

Por fim, conclui-se que a diplomacia militar tem contribuído com a Segurança e a Defesa, uma vez que tem preservado e fortalecido a soberania da Pan-Amazônia.

REFERÊNCIAS

ALCIOY, Luciana; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (organizadores). **Prospectiva, estratégias e cenários globais: visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia**. Brasília: Ipea, 2011. 217 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/porta1/index.php?option=com_content&view=article&id=12915>. Acesso em 27 nov. 2017.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, 936 p.

BRASIL. Exército Brasileiro. Portaria nº 184-EME, de 2 de março de 2016. Aprova a Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional – DAEBAI (EB10-D-01.006) e dá outras providências. 2016c. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 9/2016, p. 11-23, 4 de março de 2016. Disponível em: <www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=1422&act=bre>. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 18 nov. 2017.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2016a. Versão sob apreciação do Congresso Nacional. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/livro-branco-de-defesa-nacional>>. Acesso em 30 nov. 2017.

_____. **Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: 2016b. Versão sob apreciação do Congresso Nacional. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf>. Acesso em 18 nov. 2017.

_____. Presidente (1985-1990: José Sarney). **Discursos selecionados do Presidente José Sarney**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. 96p.

BOBBIO, Norberto. 1909-**Dicionário de política I** Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

DAMASCENO, João P. T., SILVA JÚNIOR, Laís de O., FRANÇA, Matheus G., **Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável: o desafio do Tratado de Cooperação Amazônica**. 2011. Disponível em: <https://nupeat.iessa.ufg.br/up/52/o/11_Integra_____o_regional_e_desenvolvimento.pdf>. Acesso em 20 nov. 2017.

FUCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. Complexo de Segurança Regional da América do Sul: Uma Nova Perspectiva. **Contexto Internacional**, v. 35, n. 1, 2013, p. 77-104.

LIMA, Maria Regina Soares de, [et al.]. **Atlas da política brasileira de defesa**. Prefácio de Celso Amorim. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO. Rio de Janeiro: Latitude Sul, 2017. Libro digital, PDF.

MORGENTHAU, Hans J. **A Política Entre as Nações**: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Ed. UnB. 2003.

PENNA FILHO, Pio. Reflexões sobre o Brasil e os desafios Pan-Amazônicos. **Rev. Bras. Polít. Int.** 56 (2): 94-111 [2013]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v56n2/v56n2a06.pdf>>. Acesso em 21 nov. 2017.

RAMIRES, Edson Henrique. Amazônia Legal, Como Mantê-la Brasileira: proposta para Preservar a Soberania na Região. **Revista da Escola Superior de Guerra**. v. 25, n. 51 (jan/jun) 2010, p. 24 – 48. Rio de Janeiro: ESG, 2010. Disponível em: <http://www.esg.br/images/Revista_e_Cadernos/Revistas/revista_51.pdf>. Acesso em 25 nov. 2017.